



Comarca do Recife

Código de referência:	BR PEMJ REC
Título:	Comarca do Recife
Data(s):	1818-1871 1873-1986 1988 (datas de produção)
Nível de descrição:	Fundo
Dimensão e suporte:	Textuais, 223,63 metros lineares ou 1.177 caixas-arquivo de papelão.
Nome(s) do(s) produtor(es):	Comarca do Recife, 1815-
História adm./biografia:	<p>No começo, alguns pescadores e homens do mar se estabeleceram na estreita porção de terra que vinha de Olinda e se alargava para as bandas do extremo sul; alguns armazéns para recolher os açúcares; uma pequena ermida, sob a invocação de um santo amigo das gentes do mar - São Telmo. O Recife começou assim.</p> <p>Mais tarde, os pesados veleiros, que precisavam se refrescar em águas bem abrigadas, livres da agitação do ancoradouro de Olinda, buscaram a sombra dos arrecifes, que se erguiam ao sul. Assim surgiu o Recife, em função do velho ancoradouro, espécie de largo canal situado entre os arrecifes de arenito e a península, onde se misturavam as águas do mar e as dos dois rios - o Capibaribe e o Beberibe.</p> <p>Construíram-se, depois, alguns fortes - o do Mar, o de São Jorge e o do Bom Jesus, que, mais tarde, em 1561, defenderiam o Recife contra o ataque dos piratas franceses, aqueles que deixaram gravada numa das pedras do arrecife: "Le monde va de pis en pis".</p> <p>Mas somente em 1630, quando a povoação se estendera até a ilha dos Navios, na confluência dos dois rios, e já apresentava a igreja que os frades franciscanos ali haviam erguido, dar-se-ia a grande invasão holandesa, empreendida por uma esquadra de 56 navios, comandada por Henry Cornell Lonck.</p> <p>Na Campina do Taborda, pernambucanos e holandeses, depois das duas memoráveis batalhas dos montes Guararapes, assinam a capitulação no dia 23 de janeiro de 1654. Durara 24 anos o domínio holandês.</p> <p>A cidade marca o seu progresso com a instalação de uma Alfândega, a construção de várias pontes, a execução de aterros que ganham novas superfícies úteis às terras alagadas. O Recife é elevado à categoria de cidade no dia 5 de dezembro de 1823. Em 1827, o Recife passa a ser capital da província.</p> <p>Formação Administrativa</p> <p>A povoação do Recife surgiu em 1561, passando, no ano de 1637, sob domínio holandês, a denominar-se Maritzstad (Mauricéia), em homenagem a Maurício de Nassau.</p> <p>Elevada à categoria de vila com a denominação de Recife por Carta Régia de 19-11-1709. Instalada em novembro de 1771.</p> <p>Pela resolução de 31-07-1817 e lei municipal nº 1, de 06-04-1892, é criado o distrito de Poço de Panela e anexado à vila de Recife.</p> <p>Por alvará de 25-08-1789, é criado o distrito de Santo Antônio e anexado à vila de Recife.</p> <p>Pela lei provincial nº 173, de 20-11-1846, é criado o distrito de Várzea e anexado à Vila de Recife.</p> <p>Distrito criado com a denominação de Recife por alvará de 20-03-1772 e lei municipal nº 1, de 06-04-1892.</p> <p>Elevado à condição de cidade por carta Imperial de 05-12-1823.</p> <p>Elevado a Capital do Estado por portaria de 29-12-1825, confirmado pela resolução de 15-</p>

	<p>02-1827.</p> <p>Pela lei municipal nº 1, de 06-04-1892, são criados os seguintes distritos: Afogados, Boa Vista, Encruzilhada, Graças, Poço da Panela, Santo Amaro, Santo Antônio, São Frei Pedro Gonçalves, São José, Várzea e anexados ao município de Recife.</p> <p>Pela lei nº 8, de 28-06-1893, é criado o distrito de Peres e anexado ao município de Recife.</p> <p>Pela lei nº 95, de 27-04-1896, são criados os distritos de Madalena e Torre e anexados ao município de Recife.</p> <p>Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 14 distritos: Recife, Santo Antônio, 1º e 2º distritos de São José, 1º e 2º distritos de Boa Vista, 1º e 2º distritos da Graças, 1º, 2º e 3º distritos Afogados, Torre, Poço da Panela e Várzea.</p> <p>No quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído dos seguintes distritos: Recife, Afogados, Boa Vista, Caxangá, Graças, Ilha Fernando de Noronha, Ilhas do Pina, Madalena, Areias, Nogueira, Peres, Poço da Panela, Pombal, Santo Amaro, Santo Antônio, São José, Torres e Várzeas.</p> <p>Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 10 distritos: Recife, Afogados, Beberibe, Boa Vista, Graças, Poço ex-Poço da Panela, Santo Antônio, São José, Tejipló e Várzea.</p> <p>Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município é constituído de 4 distritos: Recife, Boa Vista, Afogados e Graças.</p> <p>Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município é constituído de 5 distritos: Recife, Fernando de Noronha, Boa Vista, Afogados e Graças.</p> <p>Pelo decreto-lei estadual nº 92, de 1938, o município de Recife figura unicamente com o distrito sede. Abrange, entretanto, 10 zonas: Recife, Santo Antônio, São José, Afogados, Boa Vista, Graças, Poço, Várzea, Tejipló e Beberibe.</p> <p>O decreto-lei federal nº 1402, de 09-02-1942, desmembra do município de Recife o distrito de Fernando de Noronha, elevado à categoria de Território Federal.</p> <p>Pelo decreto-lei nº 324, de 31-07-1942, o município de Recife ficou dividido em 4 subdistritos: 1º Recife, Santo Antônio e São José; 2º Boa Vista, Santo Amaro, Graças e Encruzilhada; 3º Afogados, Madalena, Tejipló e Boa Viagem; 4º Poço, Casa Amarela, Várzea e Beberibe.</p> <p>Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede e se compõem de 15 zonas administrativa: Recife, Boa Vista, Santo Amaro, Graças, Encruzilhada, Afogados, Madalena, Tejipló, Boa Viagem, Poço, Casa Amarela, Várzea, Beberibe, Santo Antônio e São José.</p> <p>Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979.</p> <p>Pela Constituição Federal de 1988, o território de Fernando de Noronha foi extinto e sua área reincorporado ao estado de Pernambuco.</p> <p>Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído do distrito sede e se compõem de 15 zonas administrativas: Recife, Boa Vista, Santo Amaro, Graças, Encruzilhada, Afogados, Madalena, Tejipló, Boa Viagem, Poço, Casa Amarela, Várzea, Beberibe, Santo Antônio e São José.</p> <p>Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído do distrito sede.</p> <p>Em divisão territorial datada de 15-07-1999, o município é constituído do distrito sede.</p> <p>Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.</p> <p>Data de criação: 19/11/1709, por meio de Carta Régia</p> <p>Data da criação da comarca: 30/05/1815, por meio de Alvará</p> <p>Data cívica (aniversário da cidade): 12/03</p>
Procedência:	Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco
Âmbito e conteúdo:	O fundo é constituído por processos judiciais, contendo documentos das áreas cível e criminal.
Sistema de arranjo	O acervo está ordenado cronologicamente, subdividido em duas áreas: cível e criminal. O arranjo foi organizado da seguinte forma: cada comarca corresponde a um fundo e cada vara a uma seção; as séries são constituídas por tipos documentais, ou seja, no caso de documentação processual a série é processo judicial e a subsérie cada tipo de ação ou recurso.
Condições de acesso	Sem restrição de acesso.
Condições de reprodução	Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica, sendo necessária a assinatura de um termo de cessão de uso de imagens.
Características físicas e requisitos técnicos	Apresenta documentos com escrita antiga, sendo necessários conhecimentos em leitura paleográfica para muitos dos processos do século XIX.
Instrumentos de pesquisa	Listagem em ordem cronológica e por área (cível ou criminal).

Unidades de descrição relacionadas	O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano possui parte do acervo processual original de algumas comarcas, bem como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – PE, e esses documentos não estão à disposição no Memorial para leitura em forma reproduzida.
Notas gerais	Para o preenchimento do elemento história administrativa/biografia foram utilizadas informações da seguinte fonte: http://www.citybrazil.com.br/pe/recife/historia-da-cidade
Nota do arquivista	Descrição revista e preparada por Mônica Pádua, historiadora e especialista em Arquivo do Memorial da Justiça.
Regras ou convenções	Descrição baseada em: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data(s) da(s) descrição(ões)	19 de fevereiro de 2010.